

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE ENFERMAGEM  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PEDAGÓGICA DAS ETSUS**

**REVISÃO DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DA ETSUS- TOCANTINS:  
UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA**

Fabiola Sandini Braga

PALMAS/TOCANTINS

2013

Fabíola Sandini Braga

**REVISÃO DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DA ETSUS- TOCANTINS :  
UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA**

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica das Escolas Técnicas de Saúde, realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais, ETSUS Pólo Belém – PA para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Raíssa Silva Souza

PALMAS/TOCANTINS

2013

Ficha de Identificação da Obra  
Escola de Enfermagem da UFMG

Braga, Fabíola Sandini

Revisão do Projeto Político Pedagógico da ETSUS - Tocantins: uma construção coletiva. [manuscrito] / Fabíola Sandini Braga. - 2013.

28 f.

Orientadora: Raissa Silva Souza

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS, realizado pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. ETSUS - Pólo Belém-PA, para obtenção do título de Especialista em Gestão Pedagógica.

1. Educação Profissional em Saúde Pública. 2. Educação Profissionalizante. 3. Educação em Saúde/organização & administração. 4. Centros Educacionais de Áreas da Saúde/organização & administração. I. Souza, Raissa Silva. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS. III. Título.

Elaborada por Maria Piedade F. Ribeiro Leite – CRB6/601

Fabiola Sandini Braga

**REVISÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ETSUS-  
TOCANTINS: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA**

Trabalho apresentado ao Curso de  
Especialização em Gestão Pedagógica nas  
ETSUS, realizado pela Universidade Federal  
de Minas Gerais, ETSUS Pólo Belém/PA.

BANCA EXAMINADORA:



Prof<sup>ª</sup>. Raissa Silva Souza (Orientadora)



Prof<sup>ª</sup>. Sônia Maria Nunes Viana

Data de aprovação: 30 de agosto de 2013

Palmas - TO  
2013

## **DEDICATÓRIA**

A Deus, meu grande pai, que me permitiu a empreitada em mais uma jornada.

Ao meu pai, Miguel Angelo Sandini (*in memoriam*) que me ensinou a persistir e correr atrás dos meus objetivos, apesar dos obstáculos.

Ao marido e companheiro, Wellington Braga que sempre acreditou no meu potencial e me apoiou para chegar até aqui.

Ao meu filho Pedro Henrique, que é a razão do meu viver.... pela minha ausência, onde passava dias sem mim, pedindo minha presença.

## RESUMO

BRAGA, F.S. **Revisão do Projeto Político Pedagógico da ETSUS Tocantins: Uma Construção Coletiva.** 2013. 26f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde – ETSUS) - Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

A adoção de um novo modelo de gestão e planejamento da educação brasileira deu-se por meio a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de Dezembro do ano de 1996 que fixou, em linhas gerais, formas mais flexíveis e descentralizadas de administração/gestão escolar, fortalecendo, dessa forma, a autonomia e a gestão democrática das escolas. Um instrumento que mobilizou os atores envolvidos no cenário das escolas a pensar na proposta de educação estabelecida na LDB foi o Projeto Político Pedagógico (PPP). Pensado na construção coletiva do PPP, este projeto de intervenção propõe uma reflexão de toda comunidade escolar da ETSUS – TO, sobre o “Projeto Político-Pedagógico da ETSUS-TO” com vistas à revisão/reelaboração do mesmo. Para a realização de tal intervenção utilizar-se-á o método da Roda de Conversa com ênfase na Problematização.

### **Palavras-chave:**

Saúde. Educação. Gestão Democrática. Planejamento. Projeto Político Pedagógico.

## ABSTRACT

BRAGA, FS **Project Review Politico Pedagogical ETSUS Tocantins: A Collective Construction.** In 2013. 26f. Working End of Course (Specialization in Educational Management in Technical Schools Health System - ETSUS) - School of Nursing, Federal University of Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

The adoption of a new model of management and planning of the Brazilian education was given through the Law of Guidelines and Bases of National Education No. 9394 of December 20 of 1996 which established, in general, more flexible forms and decentralized administration / school management, strengthening, thus, autonomy and democratic management of schools. An instrument that mobilized the actors involved in the scenario of schools will think about education proposal was established in LDB Policy Project (PPP). Thought in the collective construction of PPP, this intervention project proposes a reflection of the whole school community of ETSUS - TO on the "Political-Pedagogical Project of ETSUS-TO" with a view to revising / reworking of the same. For the realization of such an intervention will use the method of wheel Conversation with emphasis on Curriculum.

### **Keywords:**

Health Education. Democratic Management. Planning. Educational Policy Project.

## LISTA DE ABREVIATURAS

PPP	Projeto Político Pedagógico
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEGEPE	Curso de Especialização em Gestão Pedagógica das ETSUS
ETSUS-TO	Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde Dr. Gismar Gomes
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
DEP	Diretoria de Educação Profissional
DGES	Diretoria de Gestão da Educação na Saúde
DGETSUS	Diretoria Geral da Escola Tocantinense do SUS
ETSUS	Escola Técnica do SUS
GT	Grupo de Trabalho
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
SESAU-TO	Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins
SUS	Sistema Único de Saúde
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
NT	Núcleo Temático



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2.</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>11</b>
<b>3.</b>	<b>TRAJETÓRIA METODOLÓGICA</b>	<b>12</b>
<b>4.</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>14</b>
<b>5.</b>	<b>PROPOSTA DE INTERVENÇÃO</b>	<b>18</b>
<b>5.1</b>	Situação Problema	<b>18</b>
<b>5.2.</b>	Objetivos Gerais	<b>18</b>
<b>5.3</b>	Quadros de Metas	<b>18</b>
<b>6.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>25</b>
<b>7.</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>26</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A Escola Técnica de Saúde do Estado do Tocantins Dr. Gismar Gomes– ETSUS -TO, localizada na capital do Estado de Tocantins, foi criada pelo Decreto nº 1.564, de 19 de agosto de 2002, constituindo, na época, uma autarquia, sob regime especial, vinculada à Secretaria Estadual de Saúde, com a finalidade de oferecer educação profissional de nível básico, técnico e pós-técnico, para os servidores empregados no Sistema Único de Saúde (SUS) e para a comunidade em geral, em menor representatividade.

Durantes os nove anos em que esteve sob o regime autárquico, a ETSUS–TO implantou e executou vários cursos, quais sejam, Auxiliar e Técnico em Saúde Bucal, Complementação e Técnico em Enfermagem, Técnico em Nutrição e Dietética, Técnico Agente Comunitário de Saúde, Técnico em Vigilância em Saúde, Técnico em Análises Clínicas e Técnico em Radiologia.

Para tanto, a ETSUS – TO elaborou seu Projeto Político Pedagógico (PPP), em sua primeira versão, no ano de 2004. O documento foi construído pela equipe responsável pela implantação da Escola com o apoio de uma equipe do Ministério da Saúde e do Instituto de Saúde Coletiva da Bahia, equipes essas nomeada pelo Ministério da Saúde para subsidiarem as Escolas da Região Norte e Sul na elaboração deste documento.

Em 2011, por meio de uma reforma administrativa implementada pelo Governo e Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Tocantins, houve a fusão da ETSUS-TO com a Diretoria de Gestão da Educação na Saúde (DGES) que, até então, fazia parte da estrutura organizacional da Secretaria Estadual de Saúde (SESAU), responsável pela formação dos profissionais de nível superior, resultando na instituição, por meio da medida provisória nº 15 de 05 de maio de 2011, da Lei 2434 de 31 de março de 2011 e da Lei nº 2.541 de 19 de dezembro de 2011, na da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde “Dr.Gismar Gomes” enquanto Diretoria Geral da Escola Tocantinense do SUS vinculada à Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins.

Ocorreu que, com a extinção da autarquia ETSUS/TO, houve a necessidade de credenciamento da Escola Tocantinense junto ao Conselho Estadual de Educação, para que se pudesse dar continuidade às suas atividades. No legado de documentos necessários para o credenciamento, constava a versão atualizada do PPP escolar, já contemplando os ajustes e adequações à nova realidade da escola.

Enquanto secretária escolar liderei o grupo revisor do PPP da escola, na ocasião. Já ciente da importância da realização da construção e revisão coletiva desse documento,

convidei representantes de todos os segmentos da escola para participar dessa atividade não tendo, no entanto, adesão da equipe da escola. Assim sendo, a revisão foi realizada apenas pelo grupo da Secretaria Geral de Ensino.

Dois anos após essa reforma, com a escola funcionando em pleno vapor e com as mudanças já consolidadas, percebo que o PPP apresenta ainda algumas arestas a serem aparadas no sentido de estar mais ajustado ao novo perfil e à nova realidade da Escola. Essa percepção foi fomentada durante o Curso de Especialização em Gestão Pedagógica par as Escolas Técnicas do SUS (CEGEPE), do qual fui aluna e pude estudar, nos Núcleos Temáticos (NT), especialmente no NT II, questão relacionadas a Fundamentos Pedagógicos que dão Sustentabilidade para as Ações Educacionais da ETSUS donde pude reconhecer a importância do PPP escolar como instrumento de gestão político-pedagógico e do envolvimento dos atores da escola em sua construção.

Além disso, durante esse mesmo NT tive a oportunidade de realizar entrevistas com alguns membros da comunidade escolar sobre o PPP onde pude constatar que a grande maioria desses atores não o conhece e não tem a dimensão de sua importância para a escola.

Partindo destas evidências e, não acreditando nas mudanças da educação quando elas acontecem de cima para baixo, uma vez que se torna impossível pensar na proposta pedagógica da escola a partir daqueles que não estão diretamente ligados a esta realidade, proponho este estudo, com vistas a apresentar um projeto de intervenção que venha a contribuir para a revisão e atualização coletiva do PPP escolar.

## **2. OBJETIVO**

Elaborar uma proposta de intervenção que contribua para a reelaboração/revisão coletiva do Projeto Político Pedagógico da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde Dr. Gismar Gomes - ETSUS/TO.

### 3. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

O encaminhamento metodológico deste trabalho trata-se de uma proposta de intervenção. A caracterização do problema ora evidenciado se deu por meio de uma atividade realizada durante o CEGEPE. Para a construção dessa atividade, o grupo da ETSUS coletou dados junto aos servidores da escola, por meio de um questionário semiestruturado. Durante a análise dos dados pudemos perceber que a maioria dos servidores da escola afirmou desconhecer o PPP escolar, seus propósitos e finalidades. Diante disso, aprofundamos nossos estudos na temática donde pudemos concluir que a construção coletiva e democrática do PPP é fundamental. Assim sendo, procedemos a uma breve pesquisa bibliográfica.

Por ser um projeto de intervenção, podemos dizer que esse trabalho se pauta no referencial da pesquisa-ação onde a presunção é a busca de soluções transformadoras, o aumento do conhecimento de determinadas situações e a obtenção de um produto de conhecimento por meio do diálogo coletivo (AYALA, LAMEIRA, 1989 *apud* LEOPARDI, 2002). É uma pesquisa de base social e empírica que tem por fim resolver um problema coletivo, onde participam o pesquisador e os participantes representativos da situação a ser resolvida, de modo cooperativo, sendo que o problema a ser resolvido é priorizado e ocorre um processo de acompanhamento das decisões e ações (THIOLLENT, 1987 *apud* LEOPARDI, 2002).

O Projeto de intervenção fundamenta-se nos pressupostos da pesquisa-ação. Tem como base a ideia de uma relação dialética entre pesquisa e a ação, supondo ainda que a pesquisa deve ter como função a transformação da realidade. Os sujeitos, ao pesquisarem sua própria prática, produzem novos conhecimentos e, ao fazê-lo, apropriam-se e ressignificam sua prática, produzindo novos compromissos, de cunho crítico, com a realidade em que atuam.

Nesse tipo de pesquisa, a prática é compreendida como práxis, tanto pesquisador como pesquisados estão diretamente envolvidos em uma perspectiva de mudança. Desde sua proposição, passando pela elaboração e desenvolvimento, ocorre no e com o coletivo.

Durante a preparação para a intervenção houve a sensibilização da Diretora Geral sobre a temática e sua importância para a escola, no intuito de deixar o cenário propício para as atividades que serão realizadas. Neste momento, além de apresentar à diretora dados da literatura sobre o PPP democrático, dados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(1996) apresentei a necessidade da construção coletiva do documento e dados coletados junto aos servidores que evidenciava o desconhecimento, da maioria deles, do PPP escolar.

Após essa primeira abordagem, contextualizando a questão da construção democrática do PPP, apresentei à diretora o esboço da proposta, que se pauta no método da Roda de Conversas com ênfase na problematização e a mesma concordou com a intervenção, acreditando ser ela necessária e relevante para escola.

O método da “Roda de Conversa” é bastante utilizado nos processos de leitura e intervenções comunitárias, consiste em um método de participação coletiva e democrática de debates acerca de uma temática. O método traz como foco principal o fortalecimento dos espaços de diálogos, nos quais os sujeitos podem se expressar e, sobretudo, escutar os outros e a si mesmos e tem como principal objetivo motivar a construção da autonomia dos sujeitos por meio da problematização, da socialização de saberes e da reflexão voltada para a ação. Envolve, portanto, um conjunto de trocas de experiências, conversas, discussão e divulgação de conhecimentos entre os envolvidos nesta metodologia. Tal método foi selecionado por possibilitar maior socialização e aproximação entre os atores da comunidade escolar.

#### 4. REFERENCIAL TEÓRICO

A adoção de um novo modelo de gestão e planejamento da educação brasileira deu-se por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de Dezembro do ano de 1996, que fixou, em linhas gerais, formas mais flexíveis e descentralizadas de administração/gestão escolar, fortalecendo, dessa forma, a autonomia e a gestão democrática das escolas. Muitos autores têm escrito e discutido o tema da gestão democrática sob diversos aspectos, mas no ambiente escolar, em sua maioria com enfoque na concretização do trabalho pedagógico.

A gestão democrática é uma forma de gerir uma instituição de maneira que possibilite a participação coletiva, transparência e democracia. Para compreendermos a gestão democrática com enfoque no espaço escolar, é necessário primeiramente compreendermos este modelo de gestão como um direito de participação coletiva, entendendo a escola como uma instituição social, que segundo a LDB, “tem como função primeira a responsabilidade de formação de cidadãos” (LDB, 2006).

Gestão democrática pode ser conceituada como uma prática participativa, relacionada com os objetivos, funções e papéis definidos para a instituição, seja ela escolar ou não (FERREIRA 2006). Implica em possibilitar aos atores envolvidos refletir sobre os problemas enfrentados no cotidiano do trabalho, na organização do espaço escolar, no trabalho diário realizado por cada um dos sujeitos da comunidade escolar, na formação destes sujeitos, nas legislações e políticas educacionais, na missão da escola e nos recursos humanos existentes.

De acordo com Ferreira (2006) a gestão democrática se faz de forma coletiva no cotidiano escolar quando:

[...] se tomam decisões sobre todo o Projeto Político Pedagógico, sobre as finalidades e objetivos do planejamento dos cursos, das disciplinas, dos planos de estudos, do elenco disciplinar e os respectivos conteúdos, sobre as atividades dos professores e dos alunos necessárias para a sua consecução, sobre os ambientes de aprendizagem, recursos humanos, físicos e financeiros necessários, os tipos, modos e procedimentos de avaliação e o tempo para sua realização. É quando se organiza e se administra coletivamente todo esse processo [...] (FERREIRA, 2006, p.310).

Um dos caminhos possíveis para concretização de um espaço escolar democrático é o fortalecimento das relações e dos diálogos entre instituídos e instituintes. Um espaço democrático pautado no diálogo e numa relação de permanente negociação, que garanta a autonomia dos atores que participam desta construção. Conceber a ideia de planejamento

educacional democrático é exercitar constantemente a capacidade de tomar decisões de forma coletiva é aceitar as rupturas com presente e projetar o futuro.

A LBD (1996) em seu artigo 14 menciona que a gestão democrática deve ser operacionalizada na prática tendo como base as peculiaridades de cada instituição de ensino e respeitando os princípios da participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar e local na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) escolar. Nesse sentido, cabe-nos conceituar o PPP. Tomaremos como ponto de partida a busca etimológica das palavras. Nesta direção, o termo ‘projeto’ “vem do latim *projectu*, particípio passado do verbo *projecere*, que significa lançar para diante” (Veiga 2001, p. 12)

Veiga e Araújo, 2007 *apud* Brasil, 2012 definem:

“o termo projeto, de origem latina e encontrável em língua portuguesa desde 1680, [...] significa ação de lançar para frente, [...] implica aproximações com ideia, plano, intenção, propósito, delineamento. E os adjetivos político e pedagógico, qualificadores do projeto, explicitam-se também pela sua etimologia: [...] político é um ante positivo do termo grego polis, o qual significa “cidade”, posto que envolve uma comunidade de indivíduos; e pedagógico, dado que sua etimologia se vincula ao sentido de condução da “criança”, desde a cultura grega, mas veio se configurando, a partir da cultura romana, como uma área de conhecimento consagrada à estruturação, aos princípios e às diretrizes que têm como fim a ação educativa. E seu caráter teórico-prático se garante e se expressa pelas dimensões técnica, científica e filosófica.” (VEIGA; ARAÚJO, 2007, p.13-14).

Projeto, dessa forma, é um plano que reúne propostas de ação concretas que deverão ser executadas durante um determinado período de tempo, seja ele de pequeno, médio ou longo prazo.

Já o vocábulo ‘político’ é definido pelo dicionário Aurélio (2013) como “direitos políticos, direitos em virtude dos quais um cidadão participa do governo”. Quando ressignificamos o termo dentro do contexto escolar é possível dizer que o projeto é político por que requer a participação de todos na elaboração das propostas e em sua operacionalização. Além disso, é político por se tratar de um projeto voltado a formação de cidadãos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, e, em se tratando da ETSUS, a formação de profissionais que irão atuar no Sistema Único de Saúde (SUS).

O termo pedagógico, nesse interim, segundo o dicionário Aurélio (2013) é definido como um adjetivo relativo à pedagogia, que é, segundo essa mesma fonte, uma teoria da educação que estuda os ideais da educação segundo determinada concepção de vida, e os processos e técnicas mais eficientes para concretizá-los. Sendo assim, é pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários à efetivação do processo



de ensino e aprendizagem dos educandos. Veiga (2000, p.20), pondera a importância desta compreensão ao mencionar:

“Compreender a dialética entre o político e o pedagógico torna-se imprescindível para que o PPP não se torne um documento plano de intenções e vazio de ações; de pouco adianta declarar que a finalidade da escola é “formar um sujeito crítico, criativo, participativo”, ou anunciar sua vinculação às teorias críticas se, nas suas práticas pedagógicas cotidianas, perduram estruturas de poder autoritárias, currículos engessados, experiências culturais empobrecidas. Ao contrário, é desvelando estas condições, afirmando seu caráter político, que a escola por meio de seu Projeto Político-Pedagógico, pode mobilizar forças para mudanças qualitativas.”

Veiga (2001, p. 11) menciona que um PPP elaborado, de acordo com o preconizado pela LDB, se caracteriza por ser construído num processo participativo de decisões; preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que evidencie os conflitos e as contradições; apontar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os atores do processo educativo e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; refrear opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica; e especificar o compromisso com a formação do cidadão.

A execução de um projeto pedagógico de qualidade deve derivar da própria realidade, tendo como suporte o apontamento dos nós-críticos encontrados e das situações nas quais tais nós se evidenciam; ser executável e prever as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação; ser uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola; e ser edificado continuamente, pois como produto, é também processo (VEIGA, 2001).

Disso resulta que o Projeto Político Pedagógico não se resume a um documento somente de dimensão pedagógica, mas sim, um produto específico que reflete a realidade da instituição. Ele deve ser o resultado de um trabalho coletivo e democrático, que busca metas comuns que intervenham na realidade escolar, diferenciando-se de um simples planejamento pedagógico, pois nele, traduzem-se a vontade de mudar, faz-se necessário pensar o que se tem de concreto e trabalhar as utopias; permitindo avaliar o que já foi feito e projetar mudanças.

Importante salientar que entre o direito de participação coletiva ser assegurado, como menciona a LDB, e a efetivação da participação e do envolvimento de todos os sujeitos da comunidade escolar no processo de construção coletiva do PPP, faz-se necessário buscar caminhos possíveis para esta concretização. O processo de gestão democrática ainda se constitui mais como um desafio do que como uma prática, ainda caminha a passos lentos nas escolas, que sentem grande dificuldade de fazer com que o PPP venha a ser efetivamente o norteador das ações pedagógicas. E não se pode pensar em uma escola que busque a

qualidade de ensino sem que construa e vivencie coletivamente o Projeto Político-Pedagógico.

## **5. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO**

### **5.1 Situação Problema**

O Projeto Político Pedagógico existente na ETSUS/TO foi construído sem a representatividade de todos os servidores da escola, não representando assim a realidade da escola que a equipe trabalha.

### **5.2 Objetivos Gerais**

- a) Sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância do PPP e de sua construção coletiva;
- b) Analisar, coletivamente, o atual PPP da ETSUS/TO, com vistas à sua revisão/reestruturação;
- c) Propor estratégias de reestruturar o PPP escolar da ETSUS/TO.

### **5.3 Quadros de Metas**

Para o alcance dos objetivos, são propostas quatro metas, detalhadas nos quadros de Metas 1 a 5, por meio de objetivos específicos, atividades a serem desenvolvidas, responsáveis pelas atividades e cronograma de execução.

**META 1** – Desenvolver 2 (dois) encontros para sensibilização do grupo da necessidade da revisão do Projeto Político Pedagógico da ETSUS formação do Grupo de Trabalho (GT).

Objetivos específicos	Ações/atividades	Responsáveis	Cronograma
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância do PPP e a necessidade da sua construção coletiva e democrática;</li> <li>• Fomentar o trabalho cooperativo;</li> <li>• Proporcionar à comunidade escolar conhecimento do atual PPP escolar;</li> <li>• Fortalecer a autonomia do servidor com vistas a aumentar sua capacidade de promover mudanças;</li> <li>• Compôr grupo de trabalho - GT.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Convidar todos os servidores da escola para participar de uma roda de conversa sobre o PPP escolar;</li> <li>• Contar para os servidores a história da ETSUS, ao longo dos anos de existência, focando no PPP como fundamental para o funcionamento da escola. Dizer aos servidores o que é PPP e quais sua importância para a escola, mencionando as formas de construção do PPP, enfatizando a construção coletiva como uma forma democrática de construí-lo;</li> <li>• Apresentar aos servidores o PPP atual, destacando o fato de ter sido construído pela equipe da secretaria escolar sem a participação dos demais atores da escola e que necessita de ajustes no sentido de adequá-lo à nova realidade da escola;</li> <li>• Propor aos servidores a revisão/reestruturação coletiva do PPP, por meio do método de rodas de conversa;</li> <li>• Apresentar o Método da Roda de Conversa, de Gastão Wagner;</li> <li>• Propor a composição de um Grupo de Trabalho (GT), para a condução das atividades de</li> </ul>	Secretária Geral de Ensino	Julho de 2013

	<p>revisão/restruturação do PPP, com representatividade de cada setor da escola;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Estabelecer papéis no GT: coordenador, redator, cronometrista;</li><li>• Pactuar com o GT formas de trabalho para a revisão do PPP;</li><li>• Discutir e aprovar o cronograma de trabalho do GT;</li><li>• Registrar acordos e socializar a todos os servidores da escola.</li></ul>		
--	---	--	--

**META 2** - Realizar 03 (três) encontros para empoderamento e revisão de literatura do Grupo de Trabalho – GT sobre os fundamentos e pressupostos do PPP

<b>Objetivos específicos</b>	<b>Ações/atividades</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Cronograma</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover estudos sobre fundamentos e pressupostos que fundamentam a elaboração de um Projeto Político Pedagógico - PPP;</li> <li>• Definir junto ao GT o referencial teórico e metodológico que será utilizado para a condução da atividade.</li> <li>• Elaborar instrumento para a análise sistemática do regimento interno.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisar e disponibilizar material sobre PPP e revisão de PPP para os membros do GT antes da reunião agendada;</li> <li>• Levantar o conhecimento prévio dos membros de GT sobre PPP por meio da técnica de tempestade de ideias;</li> <li>• Registrar os principais tópicos relatados;</li> <li>• Realizar leitura de artigos pré-selecionados sobre PPP;</li> <li>• Realizar debate a luz dos textos e realinhar o novo entendimento do PPP;</li> <li>• Discutir as especificidades da ETSUS e sua missão, visão e valores e a importância de o PPP estar em acordo com esse conjunto de especificidades;</li> <li>• Elencar conceitos encontrados no material e selecionar o que mais se adequam às especificidades da ETSUS, selecionando os elementos que orientarão as atividades de revisão do PPP</li> </ul>	<p>Secretária Geral de Ensino Membros do GT</p>	<p>Agosto de 2013</p>

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Elaborar, com base no referencial selecionado, instrumento contendo pontos necessários à análise do PPP.</li><li>• Entregar o PPP atual para os membros do GT para que seja lido para a próxima etapa do trabalho.</li></ul>		
--	--	--	--

**META 3** – Desenvolver 03 (três) encontros para a revisão/restruturação do Projeto Político Pedagógico da ETSUS

<b>Objetivos específicos</b>	<b>Ações/atividades</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Cronograma</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar o atual PPP á luz do referencial estudado;</li> <li>• Identificar as fortalezas e fragilidades apontadas no PPP atual;</li> <li>• Identificar pontos a serem revisados e0 ajustados;</li> <li>• Elaborar proposta de ajustes do PPP;</li> <li>• Realizar revisão/restruturação do PPP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilizar instrumento elaborado para a análise minuciosa do PPP atual;</li> <li>• Identificar as fortalezas e fragilidades, com base no conhecimento adquirido nas reuniões anteriores;</li> <li>• Discutir cada item levantado por meio do instrumento elaborado pelo grupo, e elencar estratégias de mudanças tendo em vistas as especificidades a ETSUS;</li> <li>• Reestruturar PPP com base nos pontos levantados pelo GT;</li> <li>• Elaborar relatório contendo as propostas de mudanças do GT e as mudanças realizadas.</li> </ul>	<p>Secretária Geral de Ensino</p> <p>Membros do GT</p>	<p>Setembro de 2013.</p>

<b>META 4</b> – Desenvolver 01 (um) encontro para apresentação e validação das propostas de mudança do PPP aos servidores da ETSUS <b>Objetivos específicos</b>	<b>Ações/atividades</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Cronograma</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar as mudanças propostas pelo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar o processo de trabalho e</li> </ul>	<p>Secretária Geral de Ensino</p>	<p>Outubro de 2013.</p>



<p>GT a todos os servidores da ETSUS;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>O</u>uvir as contribuições dos servidores da escola;</li> <li>• <u>O</u>btir a aprovação para o ajustamento do PPP;</li> <li>• <u>R</u>ealizar os ajustes aprovados.</li> </ul>	<p>percurso feito pelo GT para chegar à proposta de mudança constante do relatório apresentado;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar o PPP reestruturado pelo GT;</li> <li>• Ouvir e registrar as considerações dos servidores que não participaram do GT sobre as mudanças apresentadas;</li> <li>• Votar a proposta apresentada pelo GT;</li> <li>• Ajustar, se for o caso, a propostas do GT aos pontos discutidos pelo grande grupo da ETSUS;</li> <li>• Realizar os ajustes do PPP.</li> </ul>	<p>Membros do GT</p>	
---	--	----------------------	--

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Acredita-se que este Projeto de intervenção possibilitará a participação de toda comunidade escolar na revisão/readequação do Projeto Político Pedagógico da ETSUS-TO à nova realidade da escola, fortalecendo, dessa forma, sua identidade política e pedagógica.

Debruçar-nos sobre a realidade da nossa escola, examiná-la, interpretá-la, analisá-la enfim, descobrir saídas por onde se possa trilhar, será desafiador, na medida em que as forças institucionais estarão exercendo suas tensões durante todo o processo e envolvente por se tratar de um projeto que significar a tomada de consciência acerca daquilo que se quer para a ETSUS-TO.

Enfim, espera-se com este projeto de intervenção possibilite, além da revisão/readequação do Projeto Político Pedagógico à luz da realidade da escola, a vivencia desse projeto em todos os seus espaços, deixando, dessa forma, de ser um instrumento meramente burocrático e cartorial e passando a ser um documento vivo e transformador, contribuindo para a adequada formação dos profissionais que cooperarão para a consolidação Sistema Único de Saúde que se almeja.

## REFERÊNCIAS

CURY, Carlos R. Jamil. **O direito à educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola.** Brasília, 2005.

DICIONÁRIO DO AURÉLIO ONLINE - DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Acessível em <http://www.dicionariodoaurelio.com/> / Acesso em Março/2013.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.  
RIOS, T. A. Significado e pressupostos do projeto pedagógico. **Série Ideias**, São Paulo, v. 15, p. 73-77, 1992.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto.(Org.) **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos.**São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1996.

LIBÂNEO, J. C. Educação: Pedagogia e didática – o campo investigativo da pedagogia e da didática no Brasil: esboço histórico e busca de identidade epistemológica e profissional. In: PIMENTA, S. G. (Org.). **Didática e formação de professores:** percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEOPARDI, Maria Tereza. Metodologia da pesquisa na saúde. Santa Maria: Editora Pallotti, 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei N°. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001. \_\_\_\_\_. *Escola:* espaço do projeto político-pedagógico. 4. ed. Campinas: Papirus, 1998.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político-Pedagógico da escola:** uma construção possível. 10 ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

VEIGA, I.P.A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, I.P.A.; RESENDE, L.M.G. (Orgs.). **Escola:** espaço do projeto político-pedagógico. Campinas: Papirus, 2002.

VEIGA, I.P.A. Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, I.P.A.; FONSECA, M. (Orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico:** novos desafios para a escola. Campinas: Papirus, 2008.

VEIGA, I. P. A.; ARAUJO, J. C. S. O projeto político-pedagógico: um guia para a formação humana. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Quem sabe faz a hora de construir o projeto políticopedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 2007.